
GERENCIAMENTO DE UNIDADES PRODUTORAS FAMILIARES E ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA POTENCIALIZAÇÃO DA RENDA DO CAMPO

Management of family producing units and strategies adopted to potentialize the field income

Sayonara Chagas da Silva Arrais

Graduação em Ciências Contábeis. Mestre em Saúde, Sociedade e Ambiente pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). sayochagas@hotmail.com

Juliana Nogueira Pontes Nobre

Graduação em Educação Física. Mestre em Saúde, Sociedade e Ambiente (UFVJM). Doutora em Ciências Fisiológicas Multicêntrico (UFVJM). junobre2007@yahoo.com.br

Rosana Passos Cambraia

Graduação em Ciências Agrárias. Doutora em Psicobiologia. Professora Titular do Departamento de Farmácia, Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (UFVJM). rosacambraia@gmail.com

Bernat Viñola Prat

Engenheiro Civil. Doutor em Engenharia da Construção (Universitat Politècnica de Catalunya – UPC, Barcelona – Espanha). Professor no Instituto de Ciência e Tecnologia (UFVJM). bernat.vinolas@ict.ufvjm.edu.br

Resumo: Para obter êxito na atividade que desenvolve, o produtor deve conhecer bem as características do próprio negócio. Dessa forma, o trabalho objetiva identificar quais as estratégias adotadas pelos agricultores familiares que podem ser consideradas eficientes para maximização da renda no campo. Para atingir o objetivo, foi realizada uma investigação na literatura, que buscou o processo histórico de ocupação do espaço agrário brasileiro, compreendendo que a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) visou a atender a uma demanda antiga dos trabalhadores rurais sobre a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural, específicas para a agricultura familiar, sendo esse um setor que contribui fortemente para o desenvolvimento do País, mas que até então não contava com apoio do poder público. Foi realizada também uma análise de como ocorre o gerenciamento de unidades de produção familiar e o canal de comercialização dos produtos, visando a identificar as estratégias que potencializam a renda das unidades familiares produtivas. A análise das informações permitiu constatar que a participação em feiras livres e a utilização de algumas técnicas de gerenciamento do negócio podem ser fatores contribuintes para o sucesso do negócio rural.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Empreendimento Rural; Produtor Rural.

Abstract: To be successful in the activity developed, the producer must know the characteristics of his own business well. Thus, the work aims to identify which strategies adopted by family farmers can be considered efficient for maximizing income in the field. To achieve the objective, an investigation was carried out in the literature that sought the historical process of occupation of the Brazilian agrarian space, understanding that the creation of the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) aimed to meet an old demand of rural workers on the formulation and implementation of rural development policies, specific to family farming, which is a sector that strongly contributes to the country's development, but which until then had no support from the government. An analysis was also carried out of how the management of family production units and the product commercialization channel occur, to identify the strategies that increase the income of productive family units. It was found that participation in free markets and the use of some business management techniques can be contributing factors to the success of the rural business.

Keywords: Family Farming; Rural Enterprise; Rural Producer.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país muito rico em concentração de terras agricultáveis. Os diversos tipos de clima e a variedade existente de tipos de solo no território brasileiro contribuem para que haja diversificação de produtos agrícolas (ARRAIS *et al.*, 2019). Em um passado recente, essa diversificação era pouco explorada devido à implantação dos sistemas de monocultura para exportação nos grandes latifúndios.

Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas existentes para a área rural eram voltadas para os setores mais capitalizados e ao mercado que produzia para atender às negociações internacionais. Segundo Castro (2015), a partir da década de 1960 o sistema até então instalado passou a ser transformado através da criação de políticas públicas que gradativamente introduziram os preceitos da chamada “revolução verde” no sistema rural brasileiro. Entre esses preceitos, estavam inclusas a incorporação da inovação tecnológica no meio das atividades agropecuárias e a difusão da inovação em novas atividades.

Pode-se dizer que até a década de 1990 não havia nenhum tipo de política pública que tivesse abrangência nacional e que fosse voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento de agricultores familiares. A partir de então, entendeu-se que era necessário o investimento nas pequenas unidades de produção familiar no Brasil (MATTEI, 2014). Nesse cenário, em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que busca atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, que requisitavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, em contrapartida, também o mais fragilizado, em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários (MATTEI, 2014).

A partir dos avanços tecnológicos ocorridos nos últimos anos, por meio da modernização dos maquinários, abriram-se espaços para uma expansão da produtividade agrícola e pecuária. No entanto, segundo Braum *et al.* (2013), para lograr êxito na atividade rural, é necessário que, além das novas tecnologias, o produtor esteja atento e conheça as características específicas do próprio negócio, tais como: condições climáticas, condições do solo, os preços praticados no mercado, os tipos de culturas, entre outras.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a agricultura familiar vem ganhando destaque no cenário nacional devido ao impacto que ela está causando na economia do País, chegando a representar 70% dos alimentos que são consumidos na mesa dos brasileiros. O grupo familiar é o responsável pelas mudanças do próprio sistema produtivo. Nesse contexto, o agricultor familiar assume o importante papel de ser o responsável pela transformação do sistema produtivo, visto que ele tem o poder de alterar a forma de utilização dos insumos e seus cultivos de acordo com suas necessidades, o que pode ser fator contributivo para o melhor desempenho do seu trabalho.

A utilização de mão de obra familiar, a dimensão territorial da unidade produtiva reduzida e a lógica camponesa de ter uma produção para atender primeiramente às demandas da própria família e não, de imediato, às necessidades do mercado, são características específicas da forma de organização da agricultura familiar (FINATTO; SALAMONI, 2008). A relação desse agricultor não está pautada apenas na produção para a comercialização, pois ele se identifica com o lugar onde trabalha e vive. Na maioria dos casos, esse mesmo espaço é o lugar onde viveram seus antepassados, o que torna o ambiente carregado de sentimentos de posse e identificação. Trata-se de um trabalhador calcado na herança, tradição e em cultura local fortemente enraizada. A agricultura familiar pode ainda contribuir para a manutenção das paisagens e da biodiversidade devido ao cuidado que ela impõe no cultivo (GAVIOLLI; COSTA, 2011).

Diversas são as causas que podem contribuir para o êxodo rural, sendo uma delas a procura de melhores opções de vida (FONSECA, 2010). Para potencializar a agricultura familiar, torna-se

imprescindível compreender como esses produtores estão se organizando para que seus negócios sejam atividades planejadas e possam ter continuidade. Diferentes são os elementos que aumentam o êxito de um negócio rural e, diante desse cenário, o trabalho busca responder a seguinte pergunta: Quais as estratégias adotadas pelos agricultores familiares que são consideradas eficientes para maximizar a renda no campo?

A pesquisa tem os objetivos específicos de compreender o processo histórico de ocupação do espaço agrário brasileiro; analisar como ocorre o gerenciamento de unidades de produção familiar; caracterizar o canal de comercialização dos produtos gerados nas unidades familiares e indicar estratégias para potencializar a renda das unidades familiares produtivas.

A pesquisa justifica-se uma vez que a agricultura familiar carrega modelos agrícolas com maior diversificação de produtos, um modelo sustentável e mais flexível (DE SOUZA, 2002). A agricultura familiar tem características diferentes dos empreendimentos agrícolas de maior porte, e conseqüentemente a análise de oportunidades e fraquezas, conhecida como matriz SWOT, também é uma matriz diferente da lógica do agronegócio (MONTANA; PHILIPPI, 2018). A aplicação de técnicas de gestão para avaliar e potencializar as oportunidades de negócio da agricultura familiar permite maior probabilidade de sucesso dos empreendimentos (DE LEMOS; TEIXEIRA, 2019). Apesar da importância da gestão em qualquer tipo de projeto, independentemente do porte, existe uma carência no uso de técnicas de gestão adequadas à agricultura familiar (BATALHA *et al.*, 2005). Dessa forma, este trabalho pode elevar o grau de resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais, contribuindo significativamente para a soberania e segurança alimentar nutricional e, ainda, fortalecer o desenvolvimento econômico com a geração de emprego.

2 DESENVOLVIMENTO

A revisão de literatura foi composta com a divisão em quatro assuntos necessários para a compreensão da temática, que são: processo histórico de ocupação do espaço agrário brasileiro; análises sobre o gerenciamento de unidades de produção familiar; canal de comercialização dos produtos gerados nas unidades familiares; e estratégias que podem contribuir para potencializar a renda das unidades familiares produtivas.

2.1 Processo histórico de ocupação do espaço agrário brasileiro

As questões da terra e do sistema de produção agropecuário sempre fizeram parte do debate político nacional. Os questionamentos em torno da temática agrária brasileira perpassam o processo histórico de desenvolvimento do País, desde o período das capitanias hereditárias, incluindo o período dos diversos ciclos econômicos e perdurando até a atualidade (MATTEI, 2014).

A agricultura de subsistência foi se formando, inicialmente na Região Nordeste, em um contexto de produção monocultora voltada para exportação, durante o ciclo do açúcar, e que se concentrava nas grandes propriedades de terra. Foi iniciada como uma atividade acessória ao sistema principal. O cenário que abrigou o início dessas atividades estava dividido entre grandes áreas de terras férteis, cultivando produtos destinados para exportação, juntamente com uma enorme quantidade de trabalhadores rurais com pouca terra, diante de condições climáticas adversas e sem o olhar da administração pública (MATTEI, 2014).

Esse processo perdurou nos ciclos econômicos seguintes e se expandiu para as demais regiões do País. Após o declínio das atividades econômicas principais, permaneceu apenas uma parcela referente à agricultura de autoconsumo, com baixa capacidade de produção e abandonada pelo poder público, transformando-se também em uma fonte de miséria e exclusão social no meio rural.

O contexto histórico em que a agricultura familiar está inserida a enquadra como uma estrutura produtiva que sempre foi culturalmente ignorada e enquadrada ao segundo plano no processo

de desenvolvimento rural do País. Pode-se dizer que esse conflito social mantém relação com o modelo de desenvolvimento agrário do Brasil, que é sustentado por dois pilares que englobam a exclusão social dos tradicionais agricultores e a alta concentração de terra.

Em 2006, com a promulgação da Lei 11.326, também conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, ficaram estabelecidas as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Ficou definido que para fins legais será considerado agricultor familiar todo aquele que pratica atividades no meio rural e atende simultaneamente aos seguintes requisitos: a) não detenha área maior que quatro módulos fiscais; b) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; c) tenha renda familiar predominantemente originada das atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento; d) dirija seu estabelecimento com sua família.

A agricultura familiar é uma forma de produção que busca estabelecer sistemas produtivos voltados para a biodiversidade, para a produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional, para a valorização da força de trabalho da família, sendo um espaço de inclusão para mulheres e jovens, e para a democratização do acesso aos meios de produção, principalmente à terra.

A implementação de um conjunto de políticas públicas voltadas ao meio rural e definidas para incentivar a produção de alimentos por meio da agricultura familiar, visando a ampliar o acesso das populações carentes a esses alimentos, foram fundamentais para o início de uma nova fase desse processo e redução da pobreza rural. Entre os programas criados pelo governo, destacam-se como grandes contribuintes: o Pronaf, o Programa Nacional de Reforma Agrária (assentamentos, regularização fundiária e crédito fundiário), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Plano Safra da Agricultura Familiar, os Programas Territórios de Cidadania e Territórios Rurais de Identidade, o Programa Luz para Todos e a Política de Habitação Rural. Além desses, foram criados programas destinados a povos e populações tradicionais, por exemplo, as comunidades remanescentes de quilombolas, que antes eram consideradas invisíveis para a política governamental e atualmente são assistidas pelo programa de titulação coletiva (MATTEI, 2014).

Em relação ao apoio direto ao sistema familiar de produção, o Pronaf é considerado a política que recebeu maior investimento, inclusive aumentando sua área de cobertura, diversificando o público-alvo beneficiado e criando novas linhas de crédito. Criado em 1996, o programa visa a fortalecer a agricultura familiar e contribuir com a geração de emprego e renda nas áreas rurais, intencionando melhorar a qualidade de vida dos produtores familiares.

De acordo com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), atualmente são operacionalizadas 19 linhas de crédito rural, que atendem desde custeio e investimento até liquidação de dívida. São elas: BNDES Pro-CDD Agro-Composição de Dívidas Rurais, Pronaf Agroecologia, Pronaf Agroindústria, Pronaf Cotas-Partes, Pronaf Eco, Pronaf Jovem, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Microcrédito (grupo “B”), Pronaf Mulher, Pronamp, Inovagro, Moderagro, Moderfrota, Moderinfra, PCA - Programa para Construção e Ampliação de Armazéns, Procap-Agro - Programa de capitalização de cooperativas agropecuárias, Prodecoop - Programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária, Programa ABC e Pronaf (BNDES, 2019).

O Brasil apresentava um cenário que o configurava entre os países que apresentavam maior índice de concentração de terra do mundo. De acordo com o índice de Gini – indicador que mede o grau de concentração de terra e que varia entre zero e um – até o ano de 2006, conforme o Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número estava estacionado em 0,854 e apresentando pouca variação em relação às décadas anteriores. No entanto, com os últimos dados divulgados através do Censo de 2017, o índice se apresentou em 0,491, o que representa um grande avanço e pode-se inferir como um resultado positivo das políticas públicas realizadas no período, principalmente as voltadas para a reforma agrária.

A partir do momento em que o Estado optou pelo apoio ao setor produtivo denominado de agricultura familiar, os avanços verificados nas últimas décadas no meio rural brasileiro são inegáveis.

É importante ressaltar os resultados positivos obtidos na produção de alimentos básicos, como também na manutenção das ocupações rurais e a maior preservação dos recursos naturais.

2.2 Análises sobre o gerenciamento de unidades de produção familiar

Para os dias atuais, existe um consenso sobre a população que vive nas áreas rurais brasileiras. Trata-se de uma parcela bastante diversificada tomando como referência as formas de ocupação do espaço, as tradições acumuladas e as identidades afirmadas. Dessa forma, o ambiente rural caracteriza-se como o lugar de vida de diversas famílias que obtêm o sustento através de diversas atividades – essas pessoas são definidas como agricultores familiares. O conhecimento do campesinato foi sendo aprimorado e compreendido como uma forma social e particular de organização e produção tendo como base a unidade de produção gerida pela família (WANDERLEY, 2009).

A agricultura familiar se contrasta à concepção burocrática e à lógica industrial que domina a sociedade. Esse comportamento faz com que ela seja vista, por um lado, como arcaica e anárquica e, por outro (e ao mesmo tempo), eleve-se como algo atrativo e inovador (PLOEG, 2014). No entanto, uma questão fundamental para ser compreendida é que a realidade da agricultura familiar é bem mais rica do que as duas características individuais que comumente são utilizadas para descrevê-la: que a família é proprietária da terra e que o trabalho é realizado pelos seus membros.

Segundo Ploeg (2014), a agricultura familiar também não se define apenas pelo tamanho da propriedade, quando se fala da agricultura de pequena escala por exemplo, mas sim pela especificidade da forma como as pessoas cultivam e vivem nesse ambiente. É por isso que ela também é considerada uma forma de vida. O estabelecimento não é apenas um negócio focado na produção de renda, mas sim um lugar onde as conexões com o entorno e a cultura são importantes. A família agricultora é parte integrante de uma ampla comunidade rural.

O negócio rural muitas vezes desempenha um papel complementar de realização familiar dos indivíduos que dele participam. Envolve além de elementos externos, o cotidiano familiar e a autonomia decisória, ou seja, aspectos que podem afetar na capacidade administrativa do agricultor. A análise do êxito de um empreendimento rural pode ultrapassar a barreira de potencialização do lucro no trabalho desenvolvido, associando também elementos subjetivos, por exemplo, a necessidade de realização dos anseios do grupo familiar (CELLA, 2002).

No trabalho de Redin (2013), foi realizada uma análise que buscava descobrir e interpretar os diferentes elementos que coordenam o mercado agrícola e orientam as ações dos agricultores familiares. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com agricultores da região de Arroio do Tigre (RS), e os elementos mais preponderantes corroboram para o fator clima e as imprevisibilidades do comportamento do mercado agrícola.

No estudo, Redin (2013) identificou alguns pontos que se apresentam como limitantes na interpretação dos produtores entrevistados e que podem dificultar o desenvolvimento do trabalho. As barreiras identificadas foram: i) inexistência de uma efetiva atuação do preço mínimo; ii) instabilidade do mercado; iii) intempéries; iv) alto custo da mão de obra contratada; v) problemas estruturais relacionados ao tamanho da propriedade, infraestrutura e à posse da terra; vi) dilapidação dos recursos naturais; vii) legislação ambiental rígida; viii) ausência da assistência técnica pública; ix) disfunções dos programas estatais; e x) impossibilidade de oferta regular de produtos ou escala de produção.

A instabilidade do setor agrícola carece de estratégias menos vulneráveis, que apresentam o menor risco possível para a atividade. Quando não se trata de fatores econômicos, são questões climáticas que apontam para as instabilidades na agricultura. O resultado desse processo está relacionado também à forma de gestão adotada no decorrer da atividade. A produção a custo baixo e a garantia de preço mínimo são questões importantes para minimizar os riscos de uma safra.

Para obtenção de resultados satisfatórios além da dependência direta do comportamento do mercado, é importante o gerenciamento sobre a disponibilidade de insumos, plantio e colheita no tempo ideal, conhecimento das técnicas de produção, correção e conservação do solo, entre outros (REDIN, 2013). Problemas envolvendo o tamanho da terra, infraestrutura e posse são alguns elementos que impactam diretamente na dificuldade da gestão estratégica de algumas famílias agricultoras.

Ploeg (2008), através de suas análises sobre o modo de fazer agricultura, identifica três tipos distintos, os quais nomeia como: o capitalista, o empresário e o camponês. Para o autor, o modo capitalista é caracterizado por possuir elevados investimentos, grande escala de produção e alta contratação de força de trabalho. Já o modo camponês provém da condição camponesa fundamentada na intensificação do trabalho, geralmente familiar, e na diversificação da produção, porém com baixa disponibilidade de terras e menor dependência de recursos externos. A maneira empresarial de realizar agricultura estaria entre os dois outros modelos, referência no contraponto estabelecido para construir a tese de recampesinização. Dessa forma, basicamente o que diferencia o modo empresarial do capitalista é a força do trabalho familiar. No entanto, para diferenciar o modo camponês do empresário, considera-se a dimensão das propriedades e os níveis de incorporação de tecnologias exógenas.

A intensificação do trabalho é a oportunidade do progresso do modo camponês de praticar agricultura, pois esse aumento em quantidade e qualidade poderá permitir compensar a ausência dos demais componentes.

A agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico, especialmente na natureza viva, enquanto a empresarial rompe efetivamente com a conservação da natureza. Nesse modo empresarial, os recursos naturais são substituídos pelos insumos e outros fatores artificiais de crescimento, o que demonstra uma industrialização da agricultura. Em termos quantitativos, os camponeses são a maior parcela agrícola do mundo. A contribuição dessa classe é enorme e indispensável para a produção de alimentos, geração de emprego, renda, sustentabilidade e desenvolvimento de modo geral (PLOEG, 2009). A produção camponesa tem como motivação a reprodução, melhoria e ampliação do capital ecológico, produção de excedentes comercializáveis e criação de redes e arranjos institucionais que permitam tanto a produção como sua reprodução.

Os meios de produção e insumos necessários para o desenvolvimento do negócio rural são menos escassos para a agricultura camponesa, uma vez que ela é autossuficiente e menos dependente do mercado. Esses produtos já são parte integrante do estoque disponível de capital ecológico.

A peculiaridade da natureza da agricultura familiar pode ser mal compreendida. É orientada também para a busca de produção de valor agregado e emprego produtivo, o tanto quanto possível sob as circunstâncias dadas. Visa à ampliação do valor agregado da unidade familiar produtiva. Outra característica marcante é a força de trabalho que será disponível, visto que provém da própria família. Já para as demais formas de agricultura, objetivam-se os lucros e o aumento dos níveis de renda através da redução dos investimentos na força do trabalho, para diminuir os custos.

Outra característica importante sobre o gerenciamento da unidade produtiva familiar trata sobre a Assistência Técnica Pública de Extensão Rural (ATER) que é oferecida para atender o agricultor. No entanto, devido à alta demanda, a condição de promover uma ação personalizada a cada família no meio rural não se torna uma realidade possível para todos.

De acordo com Castro (2015), no Brasil, os serviços de ATER tiveram início no final da década de 1940, quando foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) no Estado de Minas Gerais, em 1948. A iniciativa resultou na criação de uma instituição que atuasse em prol de melhorar as condições sociais e econômicas da vida no meio rural.

Inicialmente, a ACAR foi estruturada nos moldes norte-americanos de difusão de inovações, que atribuía à comunidade rural o objetivo de oferecer assistência técnica e financeira aos produtores rurais para que adotassem as inovações desenvolvidas em institutos de pesquisa agrícola. Ou

seja, os institutos de extensão rural serviriam de interlocutores entre os agricultores e as instituições geradoras de inovação para a agropecuária (CASTRO, 2015).

O debate acerca da ATER está intimamente relacionado com a consolidação e ampliação do acesso ao Pronaf por parte dos agricultores familiares. Para acesso ao crédito, o programa solicita, por parte do requerente do crédito, a apresentação de um projeto técnico sobre a atividade a ser desenvolvida, discriminando as etapas a serem desenvolvidas e demonstrando a viabilidade do empreendimento. Para elaboração desse projeto, os agricultores são orientados a procurarem auxílio do órgão estadual responsável pela ATER (geralmente, as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater).

Em 2004, com o lançamento do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), foi estabelecida outra missão para esse serviço público, que foi a de apoiar e favorecer o desenvolvimento rural orientado pelos princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica dos sistemas produtivos. A mudança de percepção foi materializada com o aumento dos investimentos para a estruturação das agências estaduais de assistência técnica e extensão rural, as quais aumentaram suas responsabilidades em relação ao suporte técnico destinado, que deverá ser prioritariamente ao setor da agricultura familiar.

Na concepção dos agricultores, a assistência técnica é fundamental para o desempenho das atividades no meio rural. No estudo de Redin (2013), observou-se que em propriedades que são assistidas de perto pela assistência técnica pública há uma leve tendência de a renda ser mais diversificada do que em outras famílias agricultoras que não recebem a orientação.

2.3 Canais de comercialização dos produtos gerados nas unidades familiares

As culturas voltadas para o autoconsumo são tanto uma forma de garantir a diversidade dos alimentos como também servem de contraponto às especializações ou monoculturas. De acordo com Scheneider (2001), a pluriatividade pode ser entendida como uma estratégia de reprodução social, da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, em contextos em que sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, mediante o recurso às atividades não agrícolas e a articulação com o mercado de trabalho. O autor aponta também que cada unidade familiar reage de modo distinto a esse conjunto de atividades, e as próprias estratégias adotadas podem variar no decorrer do tempo e de acordo com as situações a serem enfrentadas.

O processo de produção agrícola é modelado visando a comportar os interesses e as expectativas da família camponesa, e é dessa forma que esse sistema interage com o mercado. Enquanto uma parte da produção é vendida, a outra é usada para reprodução da propriedade e da família camponesa. Dessa forma, ficam garantidas a sobrevivência da família e suas projeções futuras (PLOEG, 2009).

O PAA é uma importante política pública que tem sua gestão articulada através de um grupo interministerial que objetiva garantir a compra da produção de agricultores familiares. O programa visa a formar estoques para dar sustentação à política de segurança alimentar e nutricional, bem como suprir demandas de outros programas públicos destinados ao atendimento de populações carentes e em condições de pobreza.

De um modo geral, o programa é destinado à aquisição de produtos agropecuários fornecidos pelos agricultores familiares, havendo a possibilidade de realizar a compra sem licitação de produtos da agricultura familiar respeitando o limite máximo de R\$ 2.500,00 (US\$ 600,96) por agricultor ao ano. Os preços dos produtos adquiridos não podem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais, sendo determinados pelos gestores do programa no âmbito regional (MATTEI, 2014).

O PAA apresenta-se como uma boa oportunidade de comercialização e incentivo ao setor familiar que trabalha no campo. Com esse mecanismo, garante-se também uma segurança alimentar e nutricional para a população que irá consumir esses alimentos, visto que são produtos o mais naturais possível, devido ao tratamento dado pela agricultura familiar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) apresenta-se como alternativa para contribuir com o canal de comercialização dos agricultores familiares. O programa tem por objetivo fornecer produtos da agricultura familiar para a merenda escolar no âmbito estadual e municipal beneficiando 13 milhões de ambientes escolares em todo o País (RIBEIRO *et al.*, 2013).

O governo federal realiza o repasse aos estados, municípios e escolas federais em caráter suplementar e conforme o número de alunos matriculados. A Lei nº 11.947 de 16/06/2009 prevê que 30% do valor repassado pelo PNAE devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

Em relação ao processo de compras de produtos provenientes da agricultura familiar, ambos os programas se utilizam dos mesmos critérios, sendo o PAA voltado para a população em situação de insegurança alimentar, e o PNAE atendendo à demanda da alimentação escolar da educação básica pública. Esse apoio aos produtores rurais estimula não só a produção de alimentos saudáveis, como também a capacidade de geração de renda e ocupação do espaço rural (SARAIVA, 2013).

No trabalho de Finatto e Salamoni (2008), percebeu-se que a comercialização de produtos ainda é um problema presente na realidade dos agricultores familiares. Ainda que algumas cooperativas desempenhem essa função de mediar as relações entre produtores e consumidores, é necessário ampliar não só o volume da produção, mas também a sua diversidade, para garantir um mercado estável e que atenda às necessidades de escoamento da produção.

Abramovay (1998), importante analista da agricultura familiar, expõe que um dos maiores desafios para essa classe agricultora se consolidar economicamente consiste na sua capacidade de organização para a construção de mercado e na busca de vínculos sociais no relacionamento com o consumidor. Essas podem ser estratégias para ampliar as oportunidades sociais e econômicas para muitas pessoas, principalmente das camadas rurais mais pobres – a agricultura camponesa, como define Ploeg (2008).

2.4 Estratégias para potencialização da renda das unidades familiares produtivas

Ploeg (2014) elencou dez qualidades da agricultura familiar que, devido às suas particularidades, podem ser fundamentais e estratégicas para o crescimento e desenvolvimento do negócio agrícola, que são: 1) a agricultura familiar possui o controle sobre os principais recursos que ela utiliza; 2) o estabelecimento familiar é onde o grupo investe a maior parte de sua força de trabalho; 3) há umnexo entre a família e o estabelecimento que é central nas decisões relacionadas ao desenvolvimento do negócio; 4) os estabelecimentos familiares proporcionam à família agricultora uma parte – ou a totalidade – de sua renda e dos alimentos consumidos; 5) o estabelecimento não é só um lugar de produção, é também o lar da família agricultora; 6) a agricultura familiar é parte de um fluxo que une passado, presente e futuro, o que significa que cada estabelecimento familiar possui uma história cheia de memórias; 7) o estabelecimento familiar é o local onde experiências são acumuladas, o aprendizado tem lugar, e onde o conhecimento é transmitido à geração seguinte de maneira sutil, porém determinada; 8) o estabelecimento familiar é um lugar onde se vivencia e se preserva a cultura, podendo assim ser considerado um patrimônio cultural; 9) a família e o estabelecimento são também partes integrantes da economia rural, estão vinculados à localidade e são portadores dos códigos culturais da comunidade à qual pertencem; 10) o estabelecimento familiar faz parte da paisagem rural – nele, pode-se trabalhar com a natureza ao invés de contra

ela, valendo-se dos processos e dos equilíbrios ecológicos. A Figura 1 apresenta essas qualidades vinculadas à agricultura familiar.

Figura 1 – Dez qualidades da agricultura familiar, segundo Ploeg (2014)



Fonte: Dez qualidades da agricultura familiar, p.10. Ploeg (2014).

Para Ploeg (2014), os verdadeiros estabelecimentos familiares crescem e se desenvolvem através da gestão inteligente dos recursos naturais, econômicos e humanos, bem como por meio do aprendizado intergerencial. Isso torna essa classe diferente das demais formas de fazer agricultura. Os estabelecimentos empresariais crescem principalmente por assumir o controle de outros estabelecimentos familiares, o que pode ser considerado uma ameaça à continuidade dessas unidades.

Em contrapartida, existem diversas e importantes tendências que caminham em sentido contrário ao exposto acima sobre a dominação dos estabelecimentos familiares por estabelecimentos empresariais. Muitas unidades familiares estão se fortalecendo cada vez mais e incrementando suas rendas com o emprego de princípios básicos para o estudo do ecossistema tanto produtivo quanto de preservação, por meio da participação em novas atividades econômicas ou com a produção de novos produtos e prestação de novos serviços. Essas novas estratégias podem ser ressignificadas como formas de recampesinização, pois buscam restaurar a natureza camponesa da agricultura através do fortalecimento do estabelecimento familiar.

A reconstituição das características da população rural é uma forma de defesa e fortalecimento da agricultura familiar. De acordo com Woortman (1990), que em seu trabalho busca aproximar, a partir da etnografia brasileira do campesinato, a ética camponesa sob perspectiva de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, aponta que em sua perspectiva de campesinato não se vê a terra como apenas um objeto de trabalho, mas como expressão de moralidade e como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas.

Para Finatto e Salamoni (2008), as unidades produtivas por apresentarem, em sua maioria, uma menor expansão territorial favorece conversão total dos sistemas agrícolas convencionais para

agroecológicos. Essa substituição pode ser justificada pelo próprio interesse dos agricultores, visto que, de acordo com a pesquisa, foi demonstrado um interesse em ampliar a produção caso haja um suporte técnico e um sistema de comercialização que absorva os produtos cultivados.

Von der Weid (2009) afirma que para ultrapassar os fatores de insustentabilidade que marcam o sistema agrícola dominante, com base nos princípios da chamada Revolução Verde, os novos estilos de agricultura deverão, primeiramente, ser econômicos na exploração de recursos naturais não renováveis. Por outro lado, deverão também recuperar, melhorar e conservar os recursos naturais renováveis, como solos e água, que também estão sendo destruídos pelo sistema convencional.

Nos tópicos anteriores, foram avaliadas as características do agricultor familiar e o contexto atual no qual ele se encontra. Existem fatores que colocam em risco a sobrevivência dos agricultores familiares (REDIN, 2013). Pela vivência e conhecimento adquirido em gerações passadas, o agricultor familiar conhece o modo de produção e as características da terra que ele habita (CARNEIRO, 2003). No entanto, devido ao contexto em que ele se encontra, precisa, além da produção, de outros tipos de estratégias que possam garantir uma melhora na sua qualidade de vida, diminuindo assim o seu êxodo.

Além da diversificação da produção agrícola, é preciso ter novas fontes de renda: feiras livres ou turismo rural podem permitir contornar melhor períodos de crise que sofrem os agricultores. A feira livre comporta a melhora dos canais de comercialização, permitindo um maior lucro nos produtos vendidos pelo agricultor (SCHENEIDER; DA COSTA, 2013).

Além da comercialização, outra desvantagem competitiva do produtor rural frente a um agro-negócio é a falta de equipamentos e infraestrutura. A possibilidade de criar associativismo ajuda a diminuir essa carência. Sperry *et al.* (2003) consideram que depois dos agricultores se agruparem em associações, as suas potencialidades aumentam de forma significativa.

Outro ponto a se ter em conta sobre o produtor rural é a falta de gestão e planificação para controle gerencial (SORNBERGER; KITAGAWA, 2012). Este fato pode se dar devido ao baixo grau de escolaridade e à falta de tempo para se dedicar aos temas de gestão e planificação. O agricultor familiar precisa se dedicar às tarefas de produção em tempo integral, inviabilizando muitas vezes ter um controle sobre para onde destina os seus recursos.

Essa dificuldade na melhora de processos de gestão pode ser suprida por um maior conhecimento das atividades realizadas pelo produtor rural. Esse conhecimento deve ser focado em dois âmbitos: 1) atividade realizada pelo produtor; e 2) controle sobre para onde são destinados os recursos disponíveis: equipamentos gerais, infraestrutura, recursos diretos destinados a cada tipo de produção, etc. Esse conhecimento permite a diminuição dos riscos das diferentes atividades realizadas pelo produtor, por exemplo, na hora de uma previsão do lucro que se pode obter com um determinado tipo de produção. Pode existir o risco de ele não conhecer qual será a quantidade de colheita realizada ou os recursos que devem aplicar na lavoura. Quanto maior for o conhecimento em relação à atividade realizada e o conhecimento dos recursos necessários para a produção, melhor previsão poderá ser feita pelo agricultor em relação ao retorno da atividade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento dos agricultores familiares a respeito dos ecossistemas em que eles operam é um capital valioso no processo de transformação e exaltação da classe agricultora. Esses saberes e experiências criativas devem ser preservados para que possam se perpetuar entre as gerações futuras, que darão continuidade a esse trabalho.

O momento atual está marcado por alguns conflitos concentrados entre a grande propriedade – atualmente representada pela linha do agronegócio – e outras formas sociais de produção, entre elas a agricultura familiar de origem camponesa. Esses embates ocorrem em um contexto

sob aspectos favoráveis que são: a reestruturação da democracia no Brasil, que impulsionou a organização dos agricultores e possibilitou o debate nas instituições; a implementação de políticas públicas, as quais reconhecem o protagonismo dos agricultores familiares; e a globalização, que significou a ampliação dos horizontes dos agricultores e de seus espaços de intercâmbio.

Diante desse contexto, nota-se que a agricultura familiar está no centro de questões fundamentais postas em nível mundial. De acordo com a pesquisa bibliográfica realizada, observou-se que esses agricultores, em sua grande diversidade, têm realizado a sua parte, pois estão acumulando experiências virtuosas em suas histórias em relação ao trato da terra e da água, são capazes de se organizar e expressar seus pontos de vista e conquistarem aliados para suas causas e, ainda, aprenderam a dialogar com as mais diversas instituições com a finalidade de defenderem suas causas.

Embora a agricultura familiar venha sobrevivendo a contextos políticos adversos, o atual cenário é muito importante para o destino desse setor, pois condições favoráveis podem ajudá-la a atingir o seu potencial máximo. Precisamente essa é a razão pela qual se fazem tão importantes as ações de Estado, de fóruns multilaterais, tais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e outras organizações das Nações Unidas e dos partidos políticos, dos movimentos sociais e da sociedade civil em seu conjunto.

O aprofundamento nas formas de como avaliar cada um dos fatores que contribuem para o sucesso dos empreendimentos da agricultura familiar pode ajudar a diagnosticar aqueles grupos de agricultores com maior e/ou menor grau de sucesso. Ao mesmo tempo, a adaptação das diferentes formas de gestão às características específicas do agricultor familiar permitiu uma melhor gestão dos negócios, diminuindo o êxodo rural.

Por sua vez, as políticas públicas podem fazer com que os direitos dos agricultores familiares sejam garantidos e que sejam realizados investimentos necessários em infraestrutura, pesquisa e extensão, educação, entre outras áreas. Dessa forma, será proporcionada segurança para a classe investir cada vez mais em seus próprios negócios e com melhores perspectivas para o futuro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 2, 3 e v. 29, n. 1, jan./dez., 1998.

ARRAIS, S. C. S.; PRAT, B. V.; CAMBRAIA, R. P. Dicas para a eficiência do negócio rural: a maximização do resultado com a diminuição dos custos. V Seminário Nacional População, Espaço e Ambiente. **Anais do V Seminário Nacional População, Espaço e Ambiente**. Diamantina, MG. 2019. Disponível em: <https://abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/3619/3469>. Acesso em: 26 jun. 2021.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. Gestão Integrada da Agricultura Familiar. São Carlos (Brasil): EDUFSCAR, 2005, p. 43-66.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Brasília: BNDES. **Crédito rural**. [s.d.] Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/navegador#!/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário** - MDA. O impacto da agricultura familiar na economia brasileira. 2018 Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180629195849/http://www.mda.gov.br/sitemda/o-impacto-da-agricultura-familiar-na-economia-brasileira>. Acesso em: 13 dez. 2018.

- BRASIL, IBGE. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2006.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2009.
- BRAUM, L. M. S.; MARTINI, O. J.; BRAUN, R. S. Gerenciamento de custos nas propriedades rurais: uma pesquisa sobre o uso dos conceitos da contabilidade de custos pelos produtores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS-ABC, 2013. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. Uberlândia, MG. 2013.
- CARNEIRO, M. J. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Mauad Editora Ltda, 2003.
- CASTRO, C. N. **Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural**. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.
- CELLA, D. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural**. Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, São Paulo, 2002. p. 7 e 8.
- DE LEMOS, I. W.; TEIXEIRA, A. A percepção de gestão de negócios em um grupo de pequenos cafeicultores familiares. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, 2019, vol. 21, n. 1-3, p. 173-185.
- DE SOUZA, A. B. **Notas sobre agricultura familiar e sustentabilidade**. Geo UERJ, 2002, n. 11, p. 33.
- FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, v. 20, n. 2, p. 199-217, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132008000200012>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- FONSECA, W. L., et al. **Causas e consequências do êxodo rural no nordeste brasileiro**. Nucleus 12.1 (2015): 233-240.
- GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 2011, vol. 49, n. 2, p. 449-472.
- MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.
- MONTANIA, E. S., & PHILIPPI, D. A. Matrizes SWOT e GUT como fontes de inovação para agricultores familiares de um município Sul-Mato-Grossense. VII SINGEP. **Anais... São Paulo-SP: Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade**, 2018. Disponível em: <https://singep.org.br/7singep/resultado/206.pdf>.
- PLOEG, J. D. W. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- PLOEG, J. D. V. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**, 2009. p. 17-32.

PLOEG, J. D. V. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v. 2014, n. 2, p. 3-14, 2014.

REDIN, E. Muito além da produção e comercialização: dificuldades e limitações da agricultura familiar. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 6, n. 12, p. 111-151, 2013.

RIBEIRO, A. L. P.; CERATTI, S.; BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista GEDECION - Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 1, n. 1, p. 36-49, 2013.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F. D.; SOUSA, A. A. D.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. D. S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 927-935, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2013.v18n4/927-935/pt/>.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, n. 16, p. 164-184, 2001. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/191>. Acesso em: 19 jun. 2019.

SCHNEIDER, F.; DA COSTA, M. B. B. Diagnóstico socioeconômico, produtivo e ambiental dos agroecossistemas na microbacia hidrográfica do rio Pirapora-município de Piedade/SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 1, p. 217-231, 2013.

SORNBERGER, G. P.; KITAGAWA, A. A. V. Diagnóstico sobre a Utilização da Contabilidade na Gestão das Propriedades Pecuárias de Médio Porte do Município de Marcelândia/MT. **Contabilidade & Amazônia**, v. 3, n. 1, p. 45-60, 2012.

SPERRY, S.; DE CARVALHO JUNIOR, C.H.T.; MERCOIRET, Jacques. Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais. **Embrapa Cerrados**, n. 2003.

VON DER WEID, J. M. Um novo lugar para a agricultura. **Construção do futuro**, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro, p. 33-45, 2009. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2011/05/N%C3%BAmero-especial.pdf#page=33>. Acesso em: 19 jun. 2019.

WOORTMANN, K. Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, v. 87, n. 1966, p. 11-73, 1990.